

APRESENTAÇÃO DO VOLUME I

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E MULTIMODALIDADES

Este volume reúne quatro textos na área do ensino de língua portuguesa, redigidos colaborativamente por recém-mestres e seus orientadores do Programa de Mestrado Profissional em Letras – o Profletras – da UFS de Itabaiana. Há razões de sobra para parabenizar os autores e seus trabalhos. Vou comentar apenas duas que, para mim, são as mais importantes ou urgentes. A primeira razão, de caráter mais geral, mas de consequências palpáveis no dia a dia de qualquer escola brasileira, tem a ver com as relações entre ensino e linguagem. A segunda resolvi deixar para o final. Acho que ela irá se tornar mais clara depois de uma apresentação, ainda que apressada (defeito congênito dos textos introdutórios), dos textos aqui reunidos.

Uma contradição inescapável da aplicação dos estudos linguísticos ao ensino (de que as aulas de língua portuguesa em nossas redes municipais e estaduais são um exemplo particular) é o descompasso entre o conhecimento e o uso da língua exercidos e exigidos na escola (sempre normativos, ao fim e ao cabo) e o consenso, bastante antigo e sedimentado entre os teóricos da linguagem, em torno da legitimidade de todo e qualquer sistema linguístico. Por isso, a tarefa do professor que ocupa o verdadeiro *front* da batalha educacional – as séries fundamentais e médias – nunca foi fácil, e não tem se tornado mais fácil com o receituário teórico sempre renovo das ciências linguísticas. Posso parecer pessimista, mas não vejo, nos últimos anos, indícios de calma com a multiplicação de abordagens teóricas que abraçam a noção de língua como um sistema inerentemente dinâmico e variável. Em nosso contexto educacional, ainda se vê com desconfiança a ideia de que “preparar” o aluno (seja para o mercado ou para a cidadania e a vida) não significa, necessariamente, vaciná-lo contra os modos de dizer de sua comunidade de origem.

Em suma, linguistas e educadores ainda não foram capazes (apesar dos constantes e louváveis esforços, muitos dos quais iremos encontrar nas referências bibliográficas dos capítulos a seguir) de equacionar a valorização do saber e do dizer locais dos alunos (e professores) de nossas escolas Brasil afora – o que é preconizado inclusive nos Parâmetros Curriculares Nacionais – com a posição privilegiada ainda dada ao saber e ao dizer universais e oficiais em sala de aula, desde o contato do aluno com as primeiras letras até a exigência do bem falar e do bem escrever nas redações, provas escritas e apresentações orais. Admitindo ou não, a escola toma partido de uma Língua, com L maiúsculo.

As quatro propostas de intervenção pedagógica aqui reunidas têm o mérito comum de desenvolver soluções para o dilema sugerido acima, pormeiode duas receitas tão criativas quanto eficazes: a multimodalidade como, a uma só vez, objeto de estudo e ferramenta pedagógica; e a crença radical no uso do uso cotidiano da língua. A língua (já) em uso como a referência mais confiável (por familiar, para além de materna) para a diversificação (e, não, substituição) das habilidades linguísticas dos alunos no ambiente escolar.

O volume abre com o capítulo REFERENCIAÇÃO: O USO DA ANÁFORA NO TEXTO DISSERTATIVO, de Gilvan da Costa Santana e Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros. Em um recorte da dissertação de mestrado de Gilvan, os autores propõem uma sequência didática envolvendo a elaboração de textos dissertativo-argumentativos (e sua avaliação) a partir de um tema escolhido pelos alunos. O objetivo é aliviar o peso da costumeira abordagem metalinguística (a língua analisando a língua) em sala de aula, aproveitando, em seu lugar, a língua em uso, ou “abordagem epilinguística”, como definem os próprios autores. Tendo como objetivo a reflexão do alunado sobre o uso das remissões anafóricas, concebe-se aqui a linguagem como uma atividade constitutiva, realizada na interação verbal. E a escrita, o resultado de um processo coletivo: o texto emerge do envolvimento entre interlocutores reais (que é, afinal de contas, como tecemos a língua em nosso dia a dia, formal ou informalmente), despertando a consciência dos alunos para os processos referenciais ali feitos presentes.

No segundo capítulo, uma referência narrativa para tantos de nós – a história de João e Maria (ou Joãozinho e Maria, como aprendi a escutar

na infância) – serve de tema de fundo e massa de modelar para a intervenção pedagógica proposta por Silvana Faria Doria e José Ricardo Carvalho: LINGUÍSTICA DE TEXTO: A COESÃO REFERENCIAL. Se no capítulo anterior um tema da vivência dos alunos (o transporte urbano) serve de guia para a compreensão e o uso dos processos de referência, aqui a coesão referencial é trabalhada com a ajuda providencial e familiar da literatura infantil que, no criativo retrabalho dos autores, se desdobra em diferentes gêneros à disposição dos alunos. Os autores demonstram, no relato de sua proposta pedagógica, como a anáfora e outros recursos de coesão textual – referenciais e sequenciais – não se limitam à codificação gramatical, mas permeiam a percepção e a produção discursivas, conferindo legibilidade tanto à tessitura linguística quanto à trama narrativa. Entre outros modos de conversar, um bilhete da madrastra, um revelador diário da bruxa e mensagens de celular trocadas entre João e Maria compõe a floresta multimodal em que José Ricardo e Silvana vão espalhando suas pedrinhas coesivas.

Em PRÁTICA DA LEITURA COM TEXTOS MULTIMODAIS, o nosso terceiro capítulo, Sandra Virginia Correia de Andrade Santos e Derli Machado de Oliveira adentram de vez na feira moderna da multimodalidade: a presença de múltiplas linguagens na composição textual contemporânea, o repertório multimodal e multimidiático das inovações tecnológicas das últimas décadas, onde as expressões verbal e audiovisual servem de legenda entre si e para o leitor-espectador ou, ainda, para os compositores multimodais que temos nos tornado nos últimos tempos. Convém lembrar (os autores frisam o mesmo ponto) que, ao invés de assustar, essa multirrealidade semiótica é parte integrante do modo de conversar de muitos alunos – os assim ditos nativos digitais – e de ao menos alguns de nós, professores (confesso, e tenho a idade como desculpa, meu próprio assombro com certos meandros da vida digital). Assim, são sempre bem vindas propostas pedagógicas – tanto mais no contexto de um mestrado profissional – não apenas voltadas para uma competência leitora multimodal, mas que efetivamente se servem dos multimeios para a prática educacional. Utilizando o gênero “capa de revista” (que admite os mais variados suportes de mídia), os autores Sandra e Derli trabalharam, em um estudo de caso, a contribuição da linguagem visual para um *upgrade* na vivência leitora de alunos da rede municipal.

O quarto e último capítulo do volume retoma, em alguns aspectos, os caminhos percorridos e as preocupações levantadas pelas propostas pedagógicas anteriores. **RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO E FACEBOOK: PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA**, de Maria Edriana dos Santos Rocha e Márcia Regina Curado Pereira Mariano, conjuga o ensino da leitura e da escrita de textos argumentativos com o familiar, ou prazeroso, uso das redes sociais. As autoras mostram, desde o início, seu compromisso com a prática e com a realidade pedagógicas. Mesmo em sua discussão inicial dedicada a desemaranhar o cipó teórico da argumentação e da retórica, as autoras propõem “apresentar um material que garanta ao professor, geralmente sobrecarregado com muitas horas-aulas semanais, maior facilidade de compreensão e de uso dessas teorias” (ROCHA; MARIANO, p. 92). Novamente, a dupla multimodalidade e língua-em-uso é convocada na tarefa de ampliar o universo letrado do aluno e os recursos à disposição do professor. A proposta (uma pesquisa de campo que envolveu a busca de textos utilizáveis e a criação de grupos de conversa, sempre na rede) vai além da intervenção pedagógica, e se apresenta como um *work in progress* didático: elaborar materiais e abrir caminhos para professores que ousem se aventurar nas redes para ensinar argumentação e retórica. Ao mesmo tempo, Edriana e Márcia não deixam de alertar sobre as dificuldades da prática, postura tão útil (e educativa) quanto os aspectos positivos relatados.

Deixei então para o final, uma segunda razão pra nos alegrarmos com os textos que compõem este volume. Se é possível uma comparação assim, os trabalhos elaborados pelos novos mestres e seus orientadores me fazem pensar na linguística missionária da América colonial. Prefaciando um livro sobre o assunto, Bartolomeu Melià (estudioso do guarani e dos encontros linguísticos do Novo Mundo) sugere que a linguística praticada pelos jesuítas, qual seja, o aprendizado e a gramaticização das línguas nativas, era “talvez, o menos colonial dos recursos coloniais”. Isso porque, apesar das consequências perversas da conversão dos ameríndios, aprender a língua do outro era também uma forma de diálogo: “quem aprende outra língua vê a sua própria transformada”, diz Melià. Ao traduzirmos, nos vemos também traduzidos para outras realidades. Sigo Bartolomeu Melià em pensar que uma prática assim é mais produtiva (mais reprodutiva,

aliás) que as estreitezas da globalização, a mesmice da cultura oficial e a sanha padronizadora de que a escola (e infelizmente, certas abordagens da língua) ainda sofre. Os textos aqui reunidos são esse convite ao diálogo, e os mestres que os redigiram podem correr mundo e catequizar.

Aracaju, julho de 2016.

Beto Vianna